

DIA NACIONAL DE LUTA NA CAIXA! CONTRA REESTRUTURAÇÃO

Nada de reestruturação! O que os trabalhadores da Caixa querem é mais contratações e melhores condições de trabalho. Esse é o recado que será dado à direção do banco público neste Dia Nacional de Luta, com realização de atos por todo o Brasil

Direção da Caixa anuncia reestruturação e a mobilização foi definida pela Comissão Executiva de Empregados (CEE/Caixa) em reunião na terça 15, para cobrar do banco a suspensão das medidas de reestruturação, além da retomada do diálogo com a representação dos trabalhadores. “O que a Caixa precisa não é dessa reestruturação, e sim de mais contratações para diminuir a sobrecarga, melhorar o atendimento e fortalecer o papel do banco público para o desenvolvimento do país. Não exigimos nada além do que foi acordado em mesa de negociação”.

No dia 10 de março, mesma data em que foi anunciada a reestruturação, representantes dos bancários reuniram-se com a presidenta da Caixa, Miriam Belchior. Entretanto, a direção do banco não apresentou detalhes de como se dará o processo e nem mesmo aceitou ouvir a argumentação dos trabalhadores.

Por outro lado, também no dia 10 de março, o Conselho Diretor da Caixa enviou mensagem a todos os empregados informando o início da reestruturação, mas sem esclarecer o que seria feito a partir daquela data, número de agências e trabalhadores envolvidos, ou mesmo se haverá descomissionamentos. No texto, o banco público compromete-se apenas com o assecuramento estendido por 60 dias; incorporação de função segundo regras vigentes; e avaliação de perfil e reambientação do empregado.

REESTRUTURAÇÃO: AUMENTAM INCERTEZAS NA CAIXA

De acordo com a Caixa, o modelo de reestruturação começou a ser elaborado no final de novembro de 2015. Apesar dos impactos na vida dos empregados, está sendo executado de forma unilateral, arbitrária e pouco transparente na matriz e nas filiais e, posteriormente, será ampliado para agências. O prazo de conclusão na matriz é 15 de abril.

Existe uma indignação generalizada com a reestruturação. “A Caixa não está anunciando o malfeito, e sim colocando em prática o malfeito. A ansiedade e a angústia impostas aos empregados são piores que qualquer mudança promovida pelo banco. Além do dia de luta, pretendemos fazer ações pontuais na Caixa para que ela suspenda o processo e abra diálogo com os trabalhadores”.

PACOTE DE MALDADES

A reestruturação integra o chamado pacote de maldades, nome cunhado pelos trabalhadores para denunciar esse e outros problemas enfrentados no banco: o cancelamento do adiantamento odontológico sem discussão com os trabalhadores; o superávit do Saúde Caixa, “embolsado” pelo banco sem a implantação de melhorias no convênio médico; e o congelamento das contratações.

“Todas essas medidas estão incluídas no acordo coletivo assinado pelo banco, mas até a gora a Caixa não apresentou nada, demonstrando um imenso desrespeito aos trabalhadores. Por isso vamos manter as mobilizações pelo fortalecimento do banco e por respeito aos empregados.”

NA CAIXA NÃO TÁ TRANQUILO, NÃO TÁ FAVORÁVEL!

Há cinco motivos para você e seus colegas aderirem ao abaixo-assinado por mais contratações na Caixa Federal e melhorar vida de milhões de brasileiros e empregados do banco. Abaixo-assinado: imprima e mãos à obra! Depois, é só colocar a lista de assinaturas no malote para Apcef SP/Sindical. O envio deve ser feito até março. Para o Presidente do Sindicato, Claudio Vasques “a Caixa Federal deveria suspender a reestruturação e abrir amplo processo de negociação. É inaceitável que mudanças que impactam na vida dos empregos sejam impostas sem discussão. O momento exige diálogo e transparência”. O Presidente destaca que a Caixa Federal deveria também cumprir o acordado, como é o caso de novas contratações.

JUSTIÇA CONCEDE LIMINAR

Suspensa a Reestruturação da Caixa no DF - CEE/Caixa e Fenae vão reivindicar a suspensão imediata do processo em todo o país

Após pedido feito pelo Sindicato dos Bancários de Brasília (DF), o juiz Alcir Kenupp Cunha, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, suspendeu, em caráter liminar, o processo de reestruturação da Caixa Econômica Federal. Na decisão, que vale para a capital federal, o TRT determinou que o banco se abstenha de efetivar qualquer ato que implique em descomissionamento ou transferência de trabalhadores lotados no Distrito Federal, com efeitos a contar de 17 de março, data em que a ação cautelar foi proposta. O magistrado da 5ª Vara do Trabalho de Brasília também sentenciou que a Caixa apresente, em até 15 dias, todos os dados referentes à reestruturação no DF, em especial a quantidade de funcionários atingidos pela medida, em quais setores ocorrerão os descomissionamentos, quais unidades serão extintas ou remanejadas. A não apresentação dos documentos solicitados implicará em multa diária de R\$ 250 mil por dia de atraso, limitada a 30 dias.

“Por falta de diálogo e transparência, fomos obrigados a ir à Justiça para que tivéssemos acesso às informações sobre o processo de reestruturação e proteger os trabalhadores do autoritarismo da direção da Caixa”, diz o presidente do Seeb/DF, Eduardo Araújo. O presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, acrescenta: “o ideal é buscarmos uma solução negociada. Não vamos permitir nenhum retrocesso ou prejuízo à categoria”. **Pedido de suspensão nacional** - De acordo com Fabiana Matheus, coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados, a CEE/Caixa e a Fenae vão enviar ofício à presidente do banco, Miriam Belchior, nesta terça-feira (22), reivindicando a suspensão imediata da reestruturação em todo o país. “Queremos transparência nesse processo, que foi planejado e iniciado sem nenhum debate com as representações dos trabalhadores. Isso só mostra a falta de respeito com a qual essa direção da empresa trata a categoria”, avalia.

Argumentos do Sindicato - Na ação movida junto ao TRT, o Seeb/DF alegou que “várias funções e unidades serão extintas e vários funcionários serão transferidos sumariamente para outras unidades e até outros estados, comprometendo a vida financeira e a unidade familiar desses empregados”. E ainda que “em razão da repercussão e da quantidade de empregados atingidos pela medida, esta deveria ter sido precedida de negociação coletiva” e que a Caixa “não presta informações consistentes sobre os critérios que dirigirão esse processo de reestruturação”.

Prática ilegal é usada para não pagar hora extra

A Caixa encontrou uma forma diferente, porém ilegal, de garantir que os empregados façam horas extras e não pagar por isso. Consiste em fazer com que o empregado bata o ponto mais cedo em dias “tranquilos”. Assim, quem já possui horas extras acumuladas, com o tempo zera o banco de horas. E os que não acumularam, ficam com banco negativo, “livres” para exceder a jornada quando a chefia julgar necessário. “Para driblar a irresponsável ausência de dotação orçamentária para horas extras e a falta de empregados, a Caixa está utilizando essa estratégia, que é ilegal”. Estamos de Olho e contra este procedimento Sindicato denunciará à Superintendência Regional do Trabalho.

SENADO APROVA PLS 555

MOBILIZAÇÃO CONTINUA!

O plenário do Senado Federal aprovou no dia 15 o PLS 555, que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais. O Projeto de Lei do Senado segue agora para a Câmara dos Deputados. A votação encerra o primeiro capítulo de uma luta contra o projeto privatista, iniciada em setembro do ano passado. Na ocasião, após pressão dos trabalhadores, a votação em regime de urgência foi adiada. Nos dias 16 e 17 de dezembro do ano passado o Senado iniciou a votação, retomada em fevereiro último. A mobilização dos trabalhadores, além de adiar cinco vezes a votação, resultou na construção de um substitutivo.

Para a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, o substitutivo tem três pontos a destacar, que representam avanços. O primeiro é a retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas; o segundo, o fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais e, finalmente, a aprovação de que o Estatuto das Estatais só será obrigatório para as empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta. “Na comparação com o projeto original, conseguimos evoluir e breicar itens muito perigosos para as estatais. Tiramos leite de pedra, mas a luta não acabou, continua agora na Câmara dos Deputados”. Entre outras empresas públicas, o PLS 555 atinge o Banco do Brasil e a Caixa Federal.

